



Senado aprova em 1º turno PEC do Simples Municipal

Proposta simplifica a prestação de contas das pequenas prefeituras, permitindo que tenham acesso mais fácil a verbas estaduais e federais

O Plenário aprovou em primeiro turno a PEC do Simples Municipal, uma proposta de emenda à Constituição que reduz as exigências burocráticas feitas aos pequenos municípios em suas prestações de contas. O objetivo é que essas prefeituras deixem de cometer erros técnicos nas prestações de contas que as impedem de receber dinheiro estadual e federal. A PEC, apresentada por Antonio Anastasia e relatada por Romero Jucá, precisa passar pela votação em segundo turno. Depois irá para a Câmara. Aprovada, a mudança na Constituição precisará ser regulamentada por lei. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eunício Oliveira, entre João Alberto Souza e Eduardo Amorim (D), preside a sessão em que o Plenário aprovou a PEC que beneficia os pequenos municípios



Geraldo Magela/Agência Senado

Raupp, relator, e Flexa, autor do texto sobre o plantio de cana na Amazônia

Comissão aprova texto que prevê o plantio de cana na Amazônia

A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou ontem projeto que prevê o plantio de cana-de-açúcar em áreas degradadas de floresta e

nos trechos de Cerrado e de Campos Gerais nos estados da Amazônia Legal. O texto vai passar por mais uma comissão antes de ir para o Plenário. **7**

MP sobre operações financeiras segue para sanção **3**

Vai a Plenário indicação para Agência de Saúde **8**

Leniência: MP deverá ser votada ainda em agosto **4**

PEC sobre reforma política é dividida em duas propostas

O Plenário do Senado decidiu ontem desmembrar proposta de emenda à Constituição que altera regras eleitorais. Dez artigos foram separados do texto original. Entre eles, um sobre a candidatura de PMs e bombeiros. As duas PECs vão ser analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário. **4**

Projetos em defesa dos animais recebem elogios em audiência

Participantes de audiência realizada ontem na Comissão de Agricultura consideraram dois projetos de proteção e do bem-estar dos animais como importantes

para evitar maus-tratos e para preservar a fauna brasileira. Os projetos criam o Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Bem-Estar dos Animais e o Estatuto dos Animais. **6**



Waldemir Borges/Agência Senado

Debate na Comissão de Agricultura foi presidido pelo senador Ivo Cassol (C)

CPI da Previdência vai funcionar por mais 60 dias **4**

Comissão de Valores Mobiliários terá novo presidente **3**

Debate defende Universidade da América Latina **8**

Eunício: nova meta é melhor que mais carga tributária

Entre o país aumentar o déficit fiscal para R\$ 159 bilhões e impor maior carga tributária, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ficar com a primeira opção. Ele registrou o desconforto da classe política com as medidas de contenção de gastos e afirmou ser contra o aumento da contribuição previdenciária dos servidores. **2**



Geraldo Magela/Agência Senado

Ferrer e Regina na Comissão de Desenvolvimento Regional

Dispensa de alvará para casa térrea avança no Senado

A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou ontem projeto que dispensa residências térreas habitadas por uma única família de tirar alvará para averbação do imóvel. Relator do projeto, de iniciativa da Câmara dos Deputados, José Pimentel defendeu que a dispensa vai diminuir a burocracia para que as famílias regularizem suas residências. **5**

CPI do BNDES aprova agenda de trabalho **6**



Jonas Pereira/Agência Senado

Com as contas do país no vermelho, medidas de contenção de gastos eram inevitáveis, avalia Eunício

Rever meta é melhor que elevar imposto, diz Eunício

Para o presidente do Senado, ampliar deficit fiscal para R\$ 159 bilhões é menos danoso à sociedade que aumentar a carga tributária. Ele se disse contra elevar a contribuição previdenciária dos servidores

A REVISÃO DA meta fiscal para um deficit primário de R\$ 159 bilhões foi melhor do que um possível aumento de impostos, avaliou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Segundo ele, a classe política não está confortável e nem desejava medidas de contenção de gastos, mas, com as contas no vermelho, o caminho era inevitável.

— Entre a ampliação da meta fiscal, que não é algo desejado pelo mundo político, mas é a realidade brasileira, e a criação de novos impostos, lamentavelmente terei que ficar com uma das duas alternativas e ficarei com a

ampliação da meta fiscal, que é menos danosa para a sociedade brasileira do que aumento de carga tributária de pessoa física ou a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras].

Servidores

Eunício disse, no entanto, ser contra o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos, de 11% para 14%. A medida anunciada pela equipe econômica prevê cobrança progressiva, conforme o salário do servidor, com previsão de arrecadação de R\$ 1,9 bilhão. Para ele, medidas como essas terão dificuldades

de aprovação no Congresso.

— Eu disse com todas as letras que não concordava com essa posição e que, se fosse encaminhada ao Congresso, a aprovação dessas matérias teria muita dificuldade.

Na terça-feira, o governo anunciou ainda a extinção de 60 mil cargos do Executivo; o adiamento por um ano de reajustes de salário dos servidores de algumas categorias que já estavam acordados para o início do ano que vem; e a previsão de reajuste do salário mínimo menor que o previsto em 2018, no valor de R\$ 969. As medidas ainda devem ser votadas pelo Congresso.

Lindbergh condena proposta de redução do salário mínimo

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a proposta do governo de reduzir em R\$ 10 o salário mínimo previsto para 2018. O senador também acusou o governo de reduzir salários de servidores. O congelamento dos salários e o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% farão com que o servidor passe a ganhar menos, disse:

— Minha preocupação não são os altos salários do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público; são salários de professores universitários, de gente que trabalha na saúde e na educação.

Ele também condenou a falta de recursos para as universidades e para ciência e tecnologia.

Gleisi acusa Planalto de mudar meta para pagar emendas

O aumento da meta do deficit foi criticado por Gleisi Hoffmann (PT-PR). Segundo a senadora, a oposição não é contra o aumento do deficit, se for para injetar dinheiro na economia e priorizar investimentos na área social. O problema, disse, é o uso dos recursos “na compra de votos de deputados e no perdão das dívidas do agronegócio”.

— Eles estão aqui aumentando deficit para pagar emenda para deputados e livrar a cara do presidente. E ao mesmo tempo, reduzem o salário mínimo — disse Gleisi em Plenário.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Vanessa, aumento do deficit expõe governo Temer

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que a responsabilidade fiscal, que supostamente seria a marca do governo Temer, não durou um ano, já que o governo anunciou o aumento da expectativa de deficit para R\$ 159 bilhões.

— À época de Dilma Rousseff, uma medida como essa revelaria, conforme a então oposição, uma ganância irresponsável. Mas sob Michel Temer, os defensores do atual governo dizem que o aumento do deficit foi necessário por causa da “frustração da arrecadação”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Viana: “Golpe contra Dilma” não corrigiu rumo da economia

Jorge Viana (PT-AC) lamentou o agravamento do deficit das contas públicas, situação que aponta para um “horizonte terrível” para os brasileiros. Ele lembrou que nos primeiros 12 anos dos governos do PT o país apresentava superavit e quase quadruplicou o PIB.

O senador disse que o impeachment da presidente Dilma Rousseff não cumpriu a promessa de corrigir os rumos da economia. Ele reafirmou que a ampliação do deficit na gestão de Michel Temer é o custo do “golpe que afastou Dilma”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Requião critica “grupo de Temer” no PMDB e pede punição para Cunha e Jucá

Roberto Requião (PMDB-PR) rebateu a acusação de que estaria sendo infiel ao PMDB. Ele informou ter recebido documento do diretório nacional que trata do seu processo de expulsão.

— Sou o peemedebista mais fiel neste Congresso Nacional.

Para o senador, o que mudou foram os projetos e ideais



Jefferson Rudy/Agência Senado

do partido, comandado por um grupo ligado ao governo Temer. Ele disse que contestará o documento e que protocolou no

partido outros dois pedidos:

um para a expulsão do ex-

deputado Eduardo Cunha e outro pedindo a suspensão do senador Romero Jucá (RR) da presidência do PMDB.

Lasier reprova criação de fundo de R\$ 3,6 bi para financiar eleição de 2018

Lasier Martins (PSD-RS) classificou de “absurda e insensata” a proposta de criação de um fundo de R\$ 3,6 bilhões para financiar as eleições de 2018.

Para o senador, um cenário de crise financeira, em que o governo deve alargar em R\$ 20 bilhões a meta de deficit fiscal de 2017, é inaceitável



Jefferson Rudy/Agência Senado

uma medida como essa.

— Estamos diante de uma situação calamitosa, sem recursos para hospitais, universidades — disse.

Lasier sugeriu a intensificação do uso das redes sociais como alternativa para o custeio das candidaturas nas eleições de 2018.

Lídice da Mata registra aniversário do PSB e destaca oposição ao presidente

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou a comemoração dos 70 anos de seu partido. A senadora exaltou a história do PSB e destacou o apoio à garantia dos direitos sociais no texto da Constituição de 1988. Lídice avaliou que, no atual cenário, as conquistas históricas dos trabalhadores são “violentadas cotidianamente” e a corrupção



Jefferson Rudy/Agência Senado

submete a política a um processo de aviltamento.

Destacando a posição do partido contra o governo de Michel Temer, Lídice cobrou uma reorganização do PSB, capaz de reaproximar o partido do povo e contribuir para o desafio de “reinventar a política”.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Delegado junto ao Mercosul

9h Sabatina de indicado a delegado junto à Aladi e ao Mercosul e um acordo internacional são os dois itens da pauta.

CPI DOS MAUS-TRATOS Debate

9h Audiência interativa para ouvir representantes da SaferNet, do Comitê Gestor da Internet e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança. Na sequência, apreciação de requerimentos.

CPI DA PREVIDÊNCIA Audiência

9h Audiência interativa com representantes da Secretaria de Previdência, da Receita Federal e do INSS.

CMO Ministro da Saúde

10h30 Audiência pública com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS.

CSE Doenças crônicas e educação

11h Seminário para tratar de fatores de risco de doenças crônicas não transmissíveis e educação. Foram convidados, entre outros, o senador chileno Guido Girardi e os ministros da Saúde e da Educação.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Na pauta, a MP 776/2017, a respeito de mudanças no registro de naturalidade do nascido.

ESTATUTO DO TRABALHO Reunião

14h A subcomissão realiza reunião de trabalho para organizar agenda.

CDH Direitos dos aposentados

14h30 Audiência interativa para debater reformas previdenciária e trabalhista, com foco nas perdas históricas dos direitos dos aposentados. Participam representantes dos auditores fiscais, dos servidores federais e dos professores

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

PEC do Simples Municipal é aprovada em primeiro turno no Plenário

Proposta, que precisa passar por segunda votação, simplifica prestação de contas das prefeituras pequenas, facilitando obtenção de verba

POR UNANIMIDADE, COM 64 votos, o Plenário aprovou ontem em primeiro turno a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/2015, que prevê prestação de contas simplificada para municípios de pequeno porte.

A proposta ainda precisa passar por três sessões de discussão e pela votação em segundo turno. Em seguida, será votada na Câmara.

Autor da proposta, Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse que a nova norma constitucional favorece a adoção de regras mais simples para a celebração de convênios e transferências de créditos da União e estados.

Hoje, observou, os pequenos e grandes municípios seguem os mesmos critérios de prestação de contas, o que prejudica



Para Anastasia, autor da PEC, pequeno município precisa de regra especial

os pequenos, que sofrem com a elevada burocracia.

Relator da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR) destacou que a PEC simplifica o funcionamento de mais de 60% dos municípios, aqueles com até 15 mil habitantes.

Na prática, a definição das regras de prestação de contas ainda deverá ser feita pelos parlamentares por meio de um projeto de lei complementar depois que a PEC for aprovada na Câmara.

A PEC 77/2015, que vem

sendo chamada de Simples Municipal, busca garantir um tratamento diferenciado para os pequenos municípios, facilitando o acesso a recursos e tornando a prestação de contas condizente com a realidade que experimentam, de escassez de estrutura e mão de obra com a qualificação técnica para lidar com as complexidades que envolvem a celebração de acordos com estados e União.

A aprovação foi apoiada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ivo Cassol (PP-RO), João Capiberibe (PSB-AP), Lindbergh Farias (PT-RJ), Paulo Bauer (PSDB-SC), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Rose de Freitas (PMDB-ES), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Eunício vai devolver MP próxima do vencimento

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou ontem que vai devolver ao Executivo as medidas provisórias que chegarem ao Plenário com menos de 15 dias para perderem a validade. A decisão vale para as MPs editadas a partir de hoje. As propostas que já estão no Congresso serão votadas pelos senadores, desde que cheguem à Casa com prazo mínimo de duas sessões ordinárias.

O anúncio foi feito após a leitura no Plenário de duas medidas: a MP 775/2017, que trata de impostos sobre operações do mercado financeiro, que perderia a validade amanhã e foi aprovada pelos senadores, e a MP 776/2017, que muda a lei de registros públicos e vence 7 de setembro.

Prerrogativa

Eunício afirmou que o novo entendimento para a votação de MPs vai assegurar a prerrogativa dos senadores de discutir e alterar os textos que chegam da Câmara.

— Não dá mais para ficar votando MPs que chegam a esta Casa de afogadilho. Muitas vezes emendas são inseridas pelos deputados e os senadores não concordam. Não podemos substituir os mandatos dos senadores em matérias importantes que são discutidas nas MPs — afirmou.

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), elogiou a decisão do presidente da Casa.

— Decisão como essa reorganiza a tramitação das MPs. Poderemos apreciar e modificar as matérias porque vai dar tempo de voltar para a Câmara.

Vai à sanção MP que trata de operações financeiras

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 775/2017, que obriga o registro dos bens constituídos em todas as operações realizadas no mercado financeiro, independentemente da natureza do negócio. A medida editada pelo governo segue agora para sanção presidencial.

Pela MP, o registro dos bens advindos do mercado financeiro será feito nas mesmas entidades registradoras ou depositárias dos ativos negociados, como as câmaras de custódia de ações.

Os ativos constituídos são aqueles dados pelo devedor ao credor como garantia de uma operação. Eles ficam à disposição do credor até que a operação seja quitada. Sem o registro do ativo, o credor não tem direito ao bem. No jargão

legal, o ato de identificar esses bens como legalmente vinculados a um contrato específico chama-se “constituição de gravames e ônus”.

A legislação anterior à MP (Lei 12.810/2013) exige a constituição de gravames e ônus nas operações realizadas apenas no âmbito do mercado acionário e do mercado interbancário.

Informações

Segundo o governo, a exigência deixa de fora o registro de ativos constituídos em operações feitas entre bancos e clientes, como empréstimos e investimentos. Caso um banco conceda um adiantamento a uma empresa e tome como garantia duplicatas de vendas realizadas por essa empresa, as duplicatas não são inscritas

em nenhum ambiente compartilhado de informações.

O governo alega que as mudanças conferem mais transparência e tornam mais seguras as práticas do sistema financeiro. Com isso, espera diminuir o risco de crédito das operações realizadas pelos bancos, principalmente para as pequenas e microempresas, que têm menor capacidade de pagamento.

Além disso, a lei permite o registro dos ativos constituídos em qualquer entidade ou depositária central. A MP restringe a inscrição nas mesmas entidades ou depositárias onde o ativo foi registrado inicialmente. O texto foi aprovado na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/2017, do deputado Aelton Freitas (PR-MG).

Renegociação das dívidas rurais ganha urgência

O Plenário do Senado aprovou ontem regime de urgência para a tramitação de projeto que cria um procedimento menos burocrático para a renegociação do crédito rural.

O pedido de urgência foi apresentado pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS). Ele explicou que um ajuste foi feito entre o Banco do Brasil e produtores rurais para facilitar o pagamento dos créditos.

— No Ceará, uma dívida por causa de um problema climático demorou mais de quatro anos para ser resolvida. Com a aprovação desse projeto, o próprio gerente na cidade vai ter autonomia para resolvê-lo. É um avanço muito grande,

sobretudo, para o pequeno produtor — defendeu.

O projeto (PLS 354/2014), de autoria de Ana Amélia (PP-RS), estabelece regras para que agricultores que contraíram empréstimos e estejam inadimplentes possam renegociá-los de forma mais ágil e diretamente com instituições financeiras que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

O texto define regras para esses acordos, como estabelecimento de novos prazos. A conclusão de um processo de renegociação se dará em até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação. Após receber do agricultor o pedido de ne-

gocição da dívida, o banco terá até 60 dias para responder, determina o projeto.

Moka acrescentou que a proposta foi votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão final, na forma de substitutivo. Por isso, para que o ajuste feito com o Banco do Brasil possa ser implementado, é preciso levar a proposta a Plenário:

— A única forma de fazer o ajuste é fazê-lo tramitar no Senado antes de ir à Câmara, e o relator, senador Fernando Bezerra Coelho [PSB-PE], já me disse que vai aceitar os ajustes propostos pelas entidades em comum acordo com o Banco do Brasil.

Comissão de Valores Mobiliários terá novo presidente

O Plenário aprovou ontem a indicação de Marcelo Santos Barbosa para o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Foram 50 votos a favor e apenas 4 contrários, além de 1 abstenção.

Barbosa havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira. Ele vai substituir Leonardo Porciúncula Pereira, que concluiu mandato na direção da CVM — autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável por fiscalizar o mercado de capitais.

Barbosa é formado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor universitário, é autor de publicações sobre questões jurídicas e mobiliárias.

PEC que cria polícias penitenciárias está pronta para votação em primeiro turno

Está pronta para votação em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição que transforma a carreira dos agentes penitenciários em uma carreira policial,

instituinte as polícias penais estaduais. A PEC 14/2016, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), passou ontem pela quinta e última sessão de discussão em Plenário.

Líderes indicam nomes para vaga do Senado no Conselho do Ministério Público

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, leu ontem os nomes dos indicados pelos líderes partidários para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP),

na vaga destinada ao Senado. As indicações serão analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça e, depois, pelo Plenário. Os senadores vão escolher um entre os sete indicados.

Plenário desmembra PEC sobre reforma política

Senadores decidiram dividir em duas proposta sobre novas regras eleitorais. Foram destacados do texto original dez artigos, entre eles um sobre candidatura de policiais e bombeiros militares

O PLENÁRIO DO Senado aprovou requerimento da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para desmembrar proposta de emenda à Constituição que trata da reforma política, a pedido do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da PEC.

Foram destacados os dez primeiros artigos da PEC 113A/2015. O artigo 11 é referente às candidaturas de policiais e bombeiros militares, permitindo que, se eleitos, possam retornar ao posto após o mandato, independentemente do tempo de atividade, sem transferência para a reserva.

No parecer sobre as mudanças na participação política dos policiais e bombeiros militares, Valadares propõe a supressão da exigência do domicílio eleitoral na circunscrição do pleito como condição de elegibilidade do cidadão eleitor, impedindo, porém, o registro de candidatura a mais de um cargo eletivo, em uma mesma eleição, ainda que em circunscrições diferentes.

“O caso que ficou marcado como símbolo traumático da aplicação dessa restrição foi o impedimento à candidatura opositora do marechal Teixeira Lott às eleições diretas ao governo do estado da Guanabara, realizadas em outubro de 1965”, ressalta no relatório.

A parte desmembrada tornou-se uma nova proposta, formalizada como PEC 113C/2017 e vai à CCJ com a PEC 113A/2015.



Em entrevista, presidente do Senado critica novo fundo partidário

Eunício diz que não é oportuno retorno do financiamento empresarial de campanhas

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que o momento não é oportuno para a discussão da volta das doações a campanhas eleitorais por empresas. O assunto está na PEC 113-A/2015, que trata de novas regras eleitorais.

— Eu sinceramente não tenho dificuldade de pautar PEC, mas acho muito difícil que, no meio de uma crise dessa, provocada pelo sistema anterior em relação a financiamentos por empresas, a gente coloque agora para a sociedade que deve se voltar tudo ao financiamento por empresas — disse Eunício após reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia.

A reforma política, mais especificamente o financiamento de campanha, foi tema

de uma conversa entre os presidentes dos dois Poderes, pela manhã, no Supremo.

— Já que não se podem fazer eleições sem financiamento, que se utilizassem os recursos que já estão disponibilizados obrigatoriamente na questão de fundações, dos programas eleitorais fora de época eleitoral, nas inserções, e até, se for o caso, de emendas individuais dos 594 parlamentares para fazermos uma “cesta” e criarmos um fundo com dinheiro velho. E não tirar um dinheiro novo do fundo para se colocar nessa eleição — explicou Eunício.

A “cesta de recursos” sugerida é uma alternativa à criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia proposto na discussão da PEC 77/2003 na Câmara.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Aeronáutica critica falta verba para projeto espacial

Em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) ontem, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Rossato, chamou a atenção para o prejuízo que a suspensão no repasse de recursos para o setor pode causar para o país.

A Aeronáutica é responsável pela supervisão das políticas do setor espacial brasileiro — que foi o tema da audiência — junto com a Agência

Espacial Brasileira (AEB) e outras instituições.

Rossato lembrou que o setor espacial, responsável pela construção de foguetes e satélites, está sempre em desenvolvimento. Ele destacou que o atraso no repasse de recursos do governo significa que os projetos ficarão ultrapassados.

— Não dá para definir com clareza. Podemos dizer neste diagnóstico que os recursos foram inconstantes e não

foram priorizados.

Os senadores ouviram detalhes sobre o cancelamento de alguns projetos, como a participação brasileira na Estação Espacial Internacional e o convênio com a Ucrânia para lançamentos de foguetes na Base de Alcântara (MA). O projeto foi cancelado devido ao alto custo de implantação.

Otto Alencar (PSD-BA), presidente da comissão, afirmou que vai buscar a causa da retirada de recursos do setor.

— Eu vou fazer contato com o Tribunal de Contas da União para saber como foi a prestação de contas da agência — anunciou o senador.

O comandante da Aeronáutica lembrou que o satélite geostacionário brasileiro está em funcionamento desde maio de 2017. O setor espacial movimenta US\$ 300 bilhões no mundo.



Em audiência, Rossato fala ao lado de Otto Alencar e Waldemir Moka

CPI da Previdência tem prazo prorrogado até 7 de novembro

A pedido do senador Paulo Paim (PT-RS), o Senado prorrogou por 60 dias os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que discute a reforma da Previdência. Com o novo prazo, as atividades do colegiado serão encerradas no dia 7 de novembro.

Instalada em 26 de abril, a CPI da Previdência já realizou mais de 20 reuniões, a maioria destinada a audiências públicas interativas com diversos segmentos da sociedade.

O requerimento de Paim, que preside a comissão, previa a prorrogação da CPI por 120 dias, além de um acréscimo de R\$ 100 mil no orçamento para a realização de despesas. No entanto, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou ao senador que a Casa está em contenção de gastos e solicitou que o novo prazo e os recursos fossem diminuídos pela metade.

Hoje a CPI da Previdência deve ouvir representantes do Ministério da Fazenda.

Relatora pretende votar MP do acordo de leniência este mês

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão mista que vai analisar a medida provisória que trata do acordo de leniência. A intenção dos parlamentares é aprovar a proposta (MP 784/2017) ainda este mês.

A MP cria novo marco regulatório para o processo administrativo de instituições financeiras. Ela dá ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o poder de assinar os acordos com pessoas físicas ou jurídicas que confessarem a prática de infração. A colaboração poderá diminuir as penalidades aplicáveis em até dois terços e até mesmo extinguir processos em curso.

Além disso, aumenta de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões o valor das multas que poderão ser aplicadas às instituições financeiras. A relatora da MP, Lídice da Mata (PSB-BA), informou que pretende apresentar o relatório no dia 29 de agosto e colocá-lo em votação no dia seguinte.

— Setembro já começa com a semana da pátria, quando há dificuldade de quórum no Parlamento—, lembrou, alertando para a dificuldade de cumprimento de prazos.

A MP tramita em regime de urgência e teve seu prazo prorrogado até 19 de outubro. A senadora afirmou, no

entanto, que apesar da intenção de concluir o processo na comissão em agosto é possível estender a discussão até setembro, diante do que for levantado nas audiências públicas.

Lídice apresentou proposta de realização de audiências para garantir que sejam ouvidos os argumentos de várias instituições, entre elas o Ministério Público Federal (MPF). Acatou sugestão de deputados integrantes da comissão e ampliou de dois para três o número de audiências públicas que serão realizadas para debater o tema. Elas devem ocorrer entre os dias 22 e 24 de agosto.

— Claro que esta expectativa pode ser frustrada, a depender do desenvolvimento das próprias audiências públicas. Nós temos um número muito grande de entidades e de personalidades que estão indicadas para participar — explicou.

Entre os convidados estão representantes do MPF, do Banco Central, do Ministério da Transparência, da Controladoria-Geral da União e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A relatora vai analisar também 96 emendas sobre a medida.

A comissão, presidida pelo deputado Fábio Garcia (PSB-MT), tem o senador Lasier Martins (PSD-RS) como vice. O relator-revisor é o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR).

Medida provisória sobre Fundo Penitenciário será votada terça

A comissão mista da MP 781/2017 adiou para a terça-feira a votação do relatório sobre a medida provisória, que disciplina a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a estados, muni-

cípios e o Distrito Federal.

Se for aprovado na comissão, o projeto de lei de conversão apresentado pelo deputado Victor Mendes (PSD-MA) ainda deverá ser votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

Avança dispensa de alvará para casas térreas

Aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional, o projeto de autoria da Câmara se refere apenas às unidades que sirvam como residência para uma única família

AGILIZAR A AVERBAÇÃO de casas térreas construídas há mais de cinco anos é o objetivo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 164/2015, aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A proposta estabelece a dispensa do alvará de construção no processo de averbação desse tipo de imóvel.

A averbação de imóvel é a mudança de informações no seu registro. É obrigatória sempre que o dono fizer nova construção ou demolição, realizar grande alteração estrutural, mudar seu próprio estado civil ou transferir a propriedade para outra pessoa.

Do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), o projeto trata apenas de unidades que sirvam de moradia para uma única família.

O objetivo é desburocratizar o processo de atualização do registro dos imóveis — a chamada averbação — e também “dinamizar os mercados imobiliários em bairros e cidades economicamente menos favorecidos”.

Burocracia

Relator do projeto na CDR, o senador José Pimentel (PT-CE) recomendou a aprovação da matéria. Segundo ele, a proposta é uma iniciativa que vem em boa hora para eliminar uma injustificável barreira burocrática à regularização de imóveis unifamiliares de um só pavimento já construídos.

Para o relator, a medida não diminuirá a segurança das famílias em relação às condições do imóvel. Isso porque, para efetiva ocupação da unidade, continua exigível, conforme



Regina Sousa, que leu o relatório favorável à proposta elaborado por José Pimentel, e a senadora Fátima Bezerra

a legislação vigente, a obtenção da carta de habite-se, ocasião em que são avaliadas as condições de segurança, salubridade e habitabilidade do imóvel. A senadora Regina Sousa (PT-PI) leu o relatório

elaborado por Pimentel durante a reunião de ontem.

Tramitação

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ) antes de ser submetido ao Plenário do Senado.

Caso seja aprovado com alterações, voltará para a Câmara dos Deputados. Se não houver mudanças, seguirá para sanção presidencial.

Marcada votação de MP sobre empréstimo do BNDES

A votação da medida provisória que passar a usar a Taxa de Longo Prazo (TLP) para financiamentos do BNDES foi marcada para terça-feira.

A data foi definida pelo presidente da comissão mista que analisa a MP, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), após pedido de vista coletiva formulado por deputados e senadores. Ontem foi lido o relatório do deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), favorável ao texto.

A MP substitui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela TLP nos financiamentos do BNDES. A TLP será usada como referência para os contratos do banco a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo definida com base na inflação (IPCA) e nos juros pagos pelo governo em um título público (NTN-B, com prazo de resgate de cinco anos).

O relatório de Gomes mantém a maior parte do texto editado pelo governo, que está em vigor desde o fim de abril e vence em 7 de setembro — as MPs têm validade de 120 dias.

Para aprovar a medida pro-

visória no prazo, o Executivo precisa garantir a votação do relatório na comissão mista na próxima semana. Com isso, sobriariam duas semanas para análise nos Plenários da Câmara e do Senado.

Gomes disse que, se a MP for aprovada na terça, existe a possibilidade de ela entrar na pauta do Plenário da Câmara já no dia seguinte. O governo quer agilizar a votação.

— Deverá haver algum tipo de entendimento com os presidentes das duas Casas para agilizar a votação — disse o relator.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, propôs na terça que o governo encaminhe

projeto em regime de urgência sobre a TLP, caso haja obstrução à votação da MP. A medida é polêmica e vários parlamentares afirmam que a nova taxa encarece o crédito para as empresas.

Alterações

Gomes fez poucas mudanças no texto original. Um delas foi na fórmula de cálculo da TLP, para determinar que ela contabilizará a média trimestral dos juros embutidos no NTN-B de cinco anos, e não mais a média mensal. Ou seja, a taxa de um mês incorporará a variação dos três meses anteriores.

Com Agência Câmara



Relatório de Betinho Gomes será votado na terça, data definida por Lindbergh

ICMS sobre querosene de aviação volta a ser debatido em comissão

A fixação de alíquota máxima para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide na venda de querosene de aviação será debatida em audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI), em data a ser definida. O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 55/2015 estava pronto para votação em Plenário, mas o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu que o texto seja discutido por mais tempo nas comissões.

A proposta estabelece a redução da alíquota de 25% para 12% no teto do ICMS do querosene de aviação em todos os estados. O tributo incide apenas sobre voos domésticos, ou seja, as companhias aéreas estão isentas do pagamento em voos internacionais.

Para o autor da proposta, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a medida vai baratear os custos das empresas, que poderão aumentar a oferta de voos e diminuir o preço das passagens. O senador acredita

que isso vai beneficiar principalmente as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Logística

Também será feito mais um seminário, em Mato Grosso, para debater a infraestrutura e a logística terrestre e aérea do estado. Sugerido pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), o evento vai discutir a conservação da BR-163, a outorga do aeroporto de Sinop e obras na BR-242.

Outro requerimento aprovado, também de Wellington, pede que seja feito um debate sobre o prazo das concessões rodoviárias e portuárias no país. Motivado pelos problemas ocasionados pela paralisação de obras de infraestrutura, como a concessão da BR-163, que tem quase 1,6 mil quilômetros entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o senador defende a discussão de “uma política de Estado clara para o setor”, a fim de garantir investimentos de longo prazo com segurança jurídica no país.

Telmário cobra medidas urgentes do governo para crise de refugiados

O senador Telmário Mota (PTB-RR) pediu providências urgentes do governo federal diante do grande número de refugiados venezuelanos que chega diariamente ao seu estado, sobrecarregando os serviços públicos.

Telmário disse que a cidade de Pacaraima, na



fronteira com o país vizinho, foi tomada por venezuelanos, só as escolas públicas receberam mais de mil alunos imigrantes desde 2016. Segundo ele, o governo estadual prevê a chegada de 300 mil venezuelanos ao estado, população igual à da capital, Boa Vista.

Lúcia Vânia elogia decisão de cassar concessão de rodovia em Goiás

Lúcia Vânia (PSB-GO) comemorou a decisão do governo federal de cassar a concessão da empresa Galvão Engenharia, responsável pelas obras na BR-153. Ela disse que, após quase três anos de concessão, a empresa não tinha feito melhorias na estrada, que é impor-



tante para escoar a produção agrícola goiana. Até a nova concessão, disse, o Dnit cuidará da rodovia. — É uma boa notícia porque agora teremos imediatamente o Dnit recuperando a rodovia para que a gente possa evitar os acidentes que têm sido constantes ali.

Ângela pede providências contra apagões de energia em Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) reclamou dos constantes apagões de energia elétrica em Roraima. A senadora afirmou que Roraima é o único estado isolado do Sistema Interligado Nacional e é dependente da Venezuela em relação à energia. Ângela mencionou au-



diências públicas com a participação da bancada estadual, da governadora, Suely Campos (PP), e do governo federal. — Foi prometida uma resolução em 30 dias, mas quatro meses depois ainda não houve ações para desenterrar a construção do Linhão do Tucuruí.

Propostas de proteção aos animais são elogiadas durante audiência

Projetos em análise instituem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Bem-Estar dos Animais e o Estatuto dos Animais

EM AUDIÊNCIA REALIZADA ontem, dois projetos que tratam da proteção e do bem-estar dos animais foram considerados importantes para evitar maus-tratos e para preservar a fauna brasileira. Um dos projetos (PLS 650/2015), de Gleisi Hoffmann (PT-PR), cria o Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Bem-Estar dos Animais (Sinapra). Já o projeto de Wellington Fagundes (PR-MT) cria o Estatuto dos Animais (PLS 677/2015). Os participantes do debate, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no entanto, apontaram a necessidade de ajustes.

O juiz da 5ª Vara Federal de Maringá (PR), Anderson Furlan Freire da Silva, disse que os maus-tratos estão relacionados principalmente com a questão financeira.

— Muitas vezes, o produtor prefere o abate com sofrimento a um método que reduza o estresse e a dor, porque sai mais barato. O dono de uma loja de animais prefere colocar muitos animais em espaço reduzido nas gaiolas porque ter um número maior de gaiolas vai sair mais caro.

Abusos

O magistrado lamentou a pouca presença do Estado nas questões que envolvem animais, afirmou que os abusos já estão tendo punição social e sugeriu a junção dos dois projetos, como forma de harmonizar as proposições.

— Vai chegar um tempo em que as pessoas não terão interesse em touradas e outros eventos com animais, mas

até que isso ocorra, espero que essas propostas ajudem, que ao menos esses eventos sejam realizados de forma mais razoável — declarou.

Advogada do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS), Fernanda Luiza Medeiros, disse que o bem-estar dos animais é “um caminho que ainda precisa ser trilhado”. Ela definiu os projetos como caros e importantes para toda a sociedade, especialmente para quem milita pela proteção dos animais.

De acordo com a presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), Maira Vélez, a sociedade precisa aprender a olhar para os animais de maneira diferente. Ela elogiou as iniciativas parlamentares em favor da proteção dos animais, mas alertou que outras matérias com o mesmo tema terminaram esquecidas no Congresso Nacional.

“Humanização”

— Onde não há política de proteção, há registro de maus-tratos aos animais. Esses projetos precisam ser implantados e a fiscalização precisa ser feita com rigor — declarou.

O assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Victor Ayres afirmou que o produtor rural é a favor do bem-estar dos animais. Ele disse, porém, que é preciso separar a prática comum da ocorrência de situações específicas, como os casos pontuais de maus-tratos e acidentes com transporte de animais. Ayres disse que a sociedade moderna

tem interesse de saber como os animais de produção são criados e tratados, mas lamentou o que chamou de “tentativa de humanização” dos animais. Segundo o assessor, os projetos precisam de ajustes em alguns pontos.

— Entendo que não é o ideal juntar, em um mesmo projeto, questões de animais silvestres, domésticos e de produção. No mundo, a questão do bem-estar animal está relacionada com a questão sanitária. No Brasil, porém, está relacionada com o meio ambiente — observou.

Interatividade

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento da audiência e relator dos dois projetos, disse que o debate é muito importante e ajuda na elaboração do relatório. Telmário Mota (PTB-RR) fez uma defesa da cultura popular de eventos com animais e exibiu um vídeo sobre galos combatentes.

Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Regina Sousa (PT-PI) e Ana Amélia (PP-RS) também acompanharam o debate.

A audiência foi realizada de forma interativa, com ampla participação popular, por telefone e por meio do Portal e-Cidadania. O presidente da comissão, senador Ivo Cassol (PP-RO), destacou várias mensagens enviadas pela internet.

O internauta Alexandre da Silva Souza, de Autarquia (PE), lamentou a proibição de rinhas no país. Já Sybelle Oliva, de Sorocaba (SP), disse que todos deveriam proteger os animais, usando todos os mecanismos possíveis.

CPI do BNDES aprova plano de trabalho

A CPI do BNDES aprovou ontem seu plano de trabalho: serão realizadas audiências com especialistas indicados pelo relator, Roberto Rocha (PSB-MA), e oitivas requeridas pelos integrantes da CPI antes da elaboração do relatório.

Foi também aprovado requerimento do presidente da CPI, Davi Alcolumbre (DEM-AP), solicitando cópias dos contratos e aditivos de empréstimos no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais. Um aditamento de Roberto Rocha pede que sejam enviadas à CPI as solicitações de empréstimos, investimentos e aportes de capital negados pelo BNDES.

Debates

Entre 21 e 31 de agosto serão realizadas quatro audiências: para a primeira, os convidados são Carlos Teixeira, secretário de Controle Externo da Administração Indireta do Tribunal de Contas da União (TCU); Paulo Bugarin, procurador-geral do TCU; e André Salcedo, assessor-chefe da diretoria das áreas de indústria, mercado de capitais e capital empreendedor do BNDES.

Devem participar da segunda audiência Augusto Cavalcanti, ministro-substituto do TCU; John Wilkinson, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; e José Roberto Afonso, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas.

Para o terceiro debate serão chamados Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do TCU; Carlos Thadeu Gomes, diretor financeiro do BNDES; e um representante da Comissão de Valores Mobiliários.

Ministério Público Federal

Da última audiência devem participar Ivan Marx, procurador do Ministério Público Federal e o economista Andrea Calabi.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) questionou o convite ao MPF e argumentou que ouvir o procurador constrange o convidado e fere o princípio da separação dos Poderes. Para ele, analisar a delação premiada no âmbito da Operação Lava Jato e chamar a Procuradoria Geral da República desvia o foco da CPI, que é investigar o BNDES.

O relator da CPI afirmou que não se trata de um depoimento, mas de um convite ao procurador para contribuir nos trabalhos, sem intenção de concorrer com o Ministério Público.



Debatadores ouvem a advogada Fernanda Luiza Medeiros (D) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em audiência presidida por Ivo Cassol (C)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Cana na Amazônia: projeto avança no Senado

A proposta aprovada ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional prevê o plantio em áreas degradadas. O texto tem que passar por outra comissão para ir a Plenário

AVANÇOU MAIS UMA etapa o projeto que permite o cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, em áreas já degradadas de floresta e nos trechos de cerrado e campos gerais dos estados que compõem a região, como por exemplo, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Ontem a proposta (PLS 626/2011) recebeu parecer favorável da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) e segue agora para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Pelo texto original, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o plantio seria autorizado em áreas “alteradas”, ou seja, aquelas que já sofreram o impacto da presença humana, mas que ainda possuem capacidade de regeneração natural, segundo as normas ambientais.

Uma emenda de Plenário, contudo, restringiu o plantio a áreas que já estivessem degradadas (sem capacidade de regeneração natural) até a data de 31 de janeiro de 2010. Ainda de acordo com a emenda, a situação de degradação deve ser comprovada pelos órgãos ambientais.

A liberação do plantio deve ter como diretrizes, entre



Valdir Raupp deu parecer favorável à exploração de cana na Amazônia

outras, a proteção ao meio ambiente, a conservação da biodiversidade, a utilização racional dos recursos naturais e o respeito ao trabalhador rural e à livre concorrência.

O projeto determina que seja criado regulamento para definir condições, critérios e vedações para a concessão de crédito para cultivo de cana-de-açúcar e produção de açúcar e etanol, além de outros biocombustíveis e derivados na Amazônia Legal.

Com a proposta, o autor quer ampliar as áreas de cultivo de cana, para estimular a produ-

ção de etanol e possibilitar o atendimento de crescentes demandas pelo combustível, dando uma atividade econômica para áreas já desmatadas naqueles estados.

Produtividade

O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), deu voto favorável ao projeto e à emenda de Plenário e a outra apresentada na CAE, onde também foi relator.

Raupp apresentou na CAE emenda apenas para substituir a expressão “nos biomas Cerrado e Campos Gerais” pelos

termos “nas áreas de bioma Cerrado e de campos gerais”, com a justificativa de que Campos Gerais não é um bioma, e sim uma formação vegetal, conforme Mapa de Vegetação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ele entende que a ampliação da produção de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, desde que observadas as restrições relativas às alterações ambientais, possibilitará “a elevação da produtividade da terra e do trabalho naquelas áreas ocupadas por atividades pouco produtivas, contribuindo para a geração de riqueza e empregos”.

Código Florestal

De acordo com o senador, é importante regulamentar corretamente o que sejam tais formações, para evitar confusões com o Código Florestal. Ele explicou que a área de Reserva Legal na Amazônia Legal, em regiões de campos gerais, é de 20%. Para cerrado é de 35% e para floresta, 80%.

— Se cultivamos milho na Amazônia para produzir o etanol por que não a cana-de-açúcar? Será uma opção do

empresário decidir se produzirá o etanol a partir de um ou de outro — exemplificou Raupp.

Flexa Ribeiro ressaltou que a proposta visa autorizar o plantio de cana apenas em áreas alteradas pela atividade humana, sem permissão para a derrubada de “nenhuma árvore”. Depois, lamentou que algo tão “simples” tivesse motivado medidas para alongar a tramitação, enquanto são divulgadas notícias de que o país está importando etanol.

— O bloqueio não é ambiental, mas econômico. A cana-de-açúcar na Amazônia tem mais sacarose do que outras regiões e a produtividade é maior. Produtores de São Paulo e do Sul tentam embargar por uma questão de concorrência.

O projeto já havia sido aprovado pelas comissões de Agricultura (CRA), Desenvolvimento Regional (CDR) e de Meio Ambiente (CMA). Quando tramitava em Plenário, por força de recurso, recebeu a emenda que trata do limite de tempo para incorporação de áreas degradadas ou de pastagens para o plantio de cana, mediante comprovação do órgão ambiental.

Audiência debaterá liberação de importação de café do Vietnã

A importação de café do Vietnã e os requisitos fitossanitários para a compra do produto desse país serão tema de audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O pedido é do senador Armando Monteiro (PTB-PE) e foi aprovado ontem.

Armando lembrou que se trata de uma questão que não apenas envolve interesses econômicos, mas afeta a relação dos dois países. Ele sugeriu o convite a representantes do governo brasileiro e de associações de produtores e dos agricultores.

O requerimento foi apre-

sentado durante discussão do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 31/2017, que susta uma instrução normativa do Ministério da Agricultura. A norma viabiliza a importação do café vietnamita e relaciona medidas de mitigação de risco fitossanitário do produto.

O autor da proposta, Ricardo

Ferraço (PSDB-ES), destacou que o estímulo à importação de café do Vietnã — país em que há pragas ainda inexistentes na lavoura nacional — poderá trazer sérios problemas que comprometerão a renda de estados produtores, cuja população depende da economia cafeeira.

A CCJ aprovou também requerimento de audiência pública para discutir a criação do Dia Nacional da Resolução de Conflitos, a pedido do senador Edison Lobão (PMDB-MA).

As datas das duas audiências públicas aprovadas ainda serão definidas.

Comissão adia análise da cobrança retroativa do Funrural

Por falta de quorum, foi adiada para a próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a análise do projeto de resolução de Kátia Abreu (PMDB-TO) que suspende a cobrança do Funrural, a Previdência do trabalhador do campo.

O PRS 13/2017 é apoiado por representantes do agronegócio. Ele suspende a execução da Lei 8.540/1992, que estabelece alíquota de 2,1% sobre a receita da comercialização da produção. Os produtores rurais alegam haver bitributação, já que também recolhem Previdência sobre a folha de pagamento, o que não ocorre com o empregador urbano.

— À época em que foi criado o Funrural [1963], o setor do agronegócio ainda não tinha a organização que tem hoje. A cobrança da Previdência não poderia ser feita pela

folha de pagamento, como é usual. Então foi feita em cima do faturamento, da venda dos produtos. Com o passar do tempo, o setor se organizou e a permanência do Funrural iria ocasionar bitributação — explicou Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O Senado tem competência para suspender a execução de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, que, em 2011, decidiu anular a cobrança prevista na lei de 1992. No entender dos produtores rurais, o projeto de Kátia Abreu, se aprovado, sacramenta o fim da cobrança.

Porém, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou sugestão de mudança ao projeto, restringindo os efeitos à lei de 1992, e não à legislação posterior. Isso porque, em 2001, foi sancionada a Lei 10.256,



Para Flexa Ribeiro, a permanência do fundo acarreta bitributação

que substituiu as anteriores e manteve o recolhimento sobre a produção. Em 29 de março deste ano, o STF julgou constitucional a lei de 2001. Três semanas depois, Kátia Abreu apresentou a proposta.

Retroativo

O relator na CCJ, Jader Barbalho (PMDB-PA), deu parecer favorável ao projeto de Kátia e contrário à emenda

de Jucá. Em jogo está a arrecadação de bilhões de reais em impostos retroativos. No início de agosto, o governo chegou a um acordo com representantes do setor e editou a Medida Provisória (MP) 793/2017, criando o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR). O programa parcela as antigas dívidas com o Funrural e reduz a alíquota de contribuição, de 2% para 1,2%.

Simone Tebet (PMDB-MS) mencionou a MP 793 em seu pedido de adiamento.

— No mérito a matéria é urgente e necessária para o agronegócio. Mas temos uma MP tramitando na Casa.

Presidindo a sessão, o vice-presidente da CCJ, Antonio Anastasia (PSDB-MG), considerou “mais prudente” adiar a discussão da proposta, por não haver o número mínimo de 14 senadores para votar.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) lembrou que a cobrança retroativa do Funrural pode desestabilizar o agronegócio.

— O setor foi duramente golpeado. Assistimos a um julgamento político do Supremo, no momento que o governo estava na ânsia de arrecadar de qualquer maneira. Isso cria uma dívida enorme. Tanto o produtor quanto as empresas não vão suportar.

Após sabatina, comissão aprova indicado para ANS

Nome escolhido para integrar direção da agência reguladora dos planos de saúde terá que passar pelo Plenário. Ouvido ontem em comissão, ele disse que consumidores precisam denunciar abuso das empresas

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem por unanimidade a indicação do servidor Rodrigo de Aguiar para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O nome indicado pelo governo segue com pedido de urgência para o Plenário.

A sabatina foi marcada por questionamentos e reclamações de internautas e senadores quanto à prestação de serviços pelos planos de saúde. A presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), leu diversas perguntas encaminhadas por meio do portal e-Cidadania.

Entre elas, a de Helena Resende, de São Paulo, que reclamou da “total falta de respeito” com que consumidores são tratados pelas operadoras. Ela cobrou da ANS que passe a regular o setor “levando mais em conta o interesse público do que o privado, pois disso dependem muitas vidas”.

Na resposta, Aguiar, que desde setembro de 2016 ocupa a diretoria-adjunta de Fiscalização da ANS, citou dados para mostrar que a agência aumentou o número de penalidades

a empresas nos últimos anos, buscando coibir “abusos e infrações”. Ele acrescentou que os levantamentos da ANS indicam que tem caído o número de reclamações e aumentado o índice de satisfação dos beneficiários.

Marta afirmou que o “ponto fulcral” de tantas reclamações é o sentimento de que essas empresas não honram a prestação de serviços prometida quando da venda do plano.

Aguiar estimulou os cidadãos a entrar em contato com a ANS sempre que se sentirem lesados, tanto pelo telefone (0800 7019656) quanto pelo site da agência (www.ans.gov.br). Também podem se dirigir a um dos 12 núcleos de fiscalização da ANS em capitais do país, com endereços na página da agência na internet.

Reajustes

Outra reclamação lida na audiência foi de Cristina Fadaneli, de Porto Alegre, sobre os aumentos anuais concedidos às operadoras, que inviabilizam o acesso aos planos. Aguiar reconheceu que eles têm pesado “de maneira substancial”

no orçamento dos brasileiros, mas que definir modelo para os reajustes é “algo complexo”, os custos são muito altos e é preciso considerar o equilíbrio econômico-financeiro do setor.

Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou que a CAS analisa uma proposta que proíbe hospitais e clínicas de adotarem “agenda diferenciada” para consultas e exames, priorizando clientes pagantes em detrimento dos que são cobertos por planos de saúde (PLS 525/2013).

Prazos mínimos

Aguiar condenou essa prática, mas observou que a ANS não tem poder para regular a atuação médica. Para mitigar o problema, informou, o órgão regulamentou um procedimento chamado de “garantia do atendimento”, estabelecendo prazos mínimos ao setor.

— A operadora tem que garantir o atendimento, dependendo do procedimento: até 21 dias úteis para casos de maior complexidade ou cirurgias e até três dias para exames mais simples. Se o beneficiário não encontrar vaga num prestador, o plano de saúde será obrigado a encontrar outro dentro do prazo— disse ele.

Em resposta a Ana Amélia (PP-RS), Aguiar informou que a ANS firmou acordos de cooperação técnica com Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos do Judiciário, buscando reduzir o impacto da judicialização na área da saúde suplementar. Defendeu ainda, em resposta a Lídice da Mata (PSB-BA), a prática da ANS de suspender a venda de planos de saúde que apresentem desvios graves no atendimento.



Fátima Bezerra (C) relatou o protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul

Governo defende Universidade da Integração Latino-Americana

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) precisa continuar funcionando, disseram ontem os participantes da audiência promovida pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

A instituição foi criada em 2010, funciona em Foz de Iguaçu (PR) e forma recursos humanos aptos a atuar no desenvolvimento e no intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina. A Unila recebe estudantes de 20 nacionalidades e as aulas são ministradas em português e espanhol.

— Nossa missão é construir a integração dos povos por meio de políticas educacionais — disse o reitor, Gustavo Oliveira.

Representando o Ministério das Relações Exteriores, Gustavo Baptista Barbosa destacou que a Unila promove o Brasil como um país capaz

de oferecer informação de qualidade e atuar como polo regional e global de estudantes:

— Ela nos ajuda a difundir o português e a cultura brasileira, promovendo diálogo e compreensão da diversidade regional.

A representante do Ministério da Educação, Nara Maria Pimentel, destacou a preocupação do governo em promover a internacionalização do ensino superior.

Bolívia

Na reunião, a representação brasileira no Parlasul aprovou o Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul. O texto foi assinado em 2015. Pelo protocolo, a Bolívia terá quatro anos para adotar a Nomenclatura Comum do Mercosul, a Tarifa Externa Comum e o Regime de Origem do Mercosul. A relatora foi a senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

Comissão da MP que modifica Fies decide plano de trabalho

A comissão mista que analisa a medida provisória que trata do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) aprovou ontem o plano de trabalho, que prevê audiências com representantes do governo, do sistema financeiro, de entidades ligadas à educação, especialistas e estudantes. A medida provisória reforma o Fies e passará a valer em 2018. O objetivo é diminuir os riscos dos financiamentos, que passam a ser divididos entre governo, universidades e bancos, de acordo com cada modalidade.

O relator da MP 785/2017, deputado Alex Canziani (PTB-PR), pretende votar a MP em outubro. De acordo com o presidente da comissão, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), o trabalho vai contribuir para consolidar o Fies.

— A medida provisória tem esse viés de tentar fazer com que tornemos esse programa perene, permitindo que durante muitos e muitos anos brasileiros que não teriam condições de frequentar o ensino superior possam fazê-lo.

Fátima Bezerra critica veto de Michel Temer a recursos para educação

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu a derrubada do veto de Michel Temer à prioridade para as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), na Lei de Diretrizes Oorçamentárias de 2018.

A senadora disse que o presidente não cumpriu as promessas do documento

Uma Ponte para o Futuro, com propostas para recuperar a economia e combater a corrupção. Fátima Bezerra apontou como retrocessos o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos e o corte de recursos para a educação, a ciência e a tecnologia.



Aguiar responde à sabatina, conduzida pela presidente da CAS, Marta Suplicy

João Alberto pede criação de postos de hemodiálise

João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu que o governo crie mais postos de hemodiálise no Maranhão, onde há 15 unidades para atender 2.240 pacientes com doença renal. Ele observou que essas pessoas têm duas opções: o transplante de rim ou a hemodiálise, que as mantém conectadas por horas a uma máquina.

— Sem ações preventivas que estimulem um estilo de vida mais saudável, milhões de brasileiros poderão se somar a esse grupo no Brasil — advertiu.



Chaves celebra 100 anos da Santa Casa de Campo Grande

Pedro Chaves (PSC-MS) registrou o centenário da Santa Casa de Campo Grande, a ser comemorado amanhã. O senador disse que a fundação surgiu do trabalho de cidadãos abnegados que decidiram criar uma instituição para atender os 8 mil habitantes do município

— Os doentes socorriam-se de enfermeiros, de benzedei-ras, de parteiras e dos farmacêuticos que, na ausência de médicos, prescreviam medicamentos e faziam pequenas cirurgias.



Humberto festeja permanência da Hemobrás em PE

Humberto Costa (PT-PE) celebrou ontem a “vitória de Pernambuco”, com a desistência do governo de transferir para o Paraná a fábrica da Hemobrás.

Ele disse que a bancada de Pernambuco, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e a sociedade foram fundamentais para impedir a mudança planejada pelo ministro da Saúde.

— O ministro, ao se mover por interesses eleitorais, mostra que não está à altura do cargo que ocupa.

